

Enrico Paternostro Bueno da Silva  
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Financiamento: PIBIC/CNPq

Palavras-chave: Sociologia Rural – Pensamento Social – Questão agrária

## Introdução

O jornalista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) é uma figura controversa na história do pensamento marxista. Ora rejeitado, ora aclamado por marxistas e revolucionários de toda linhagem, seu pensamento até hoje é lembrado e debatido na América Latina. Por um lado, foi alvo das mais diversas críticas, que variam desde a acusação de um excessivo ecletismo em sua obra até a denúncia de um suposto “européismo”, que o teria distanciado da realidade latino-americana. Por outro, foi retomado e reconhecido por alguns dos principais pensadores sociais latino-americanos do século XX.

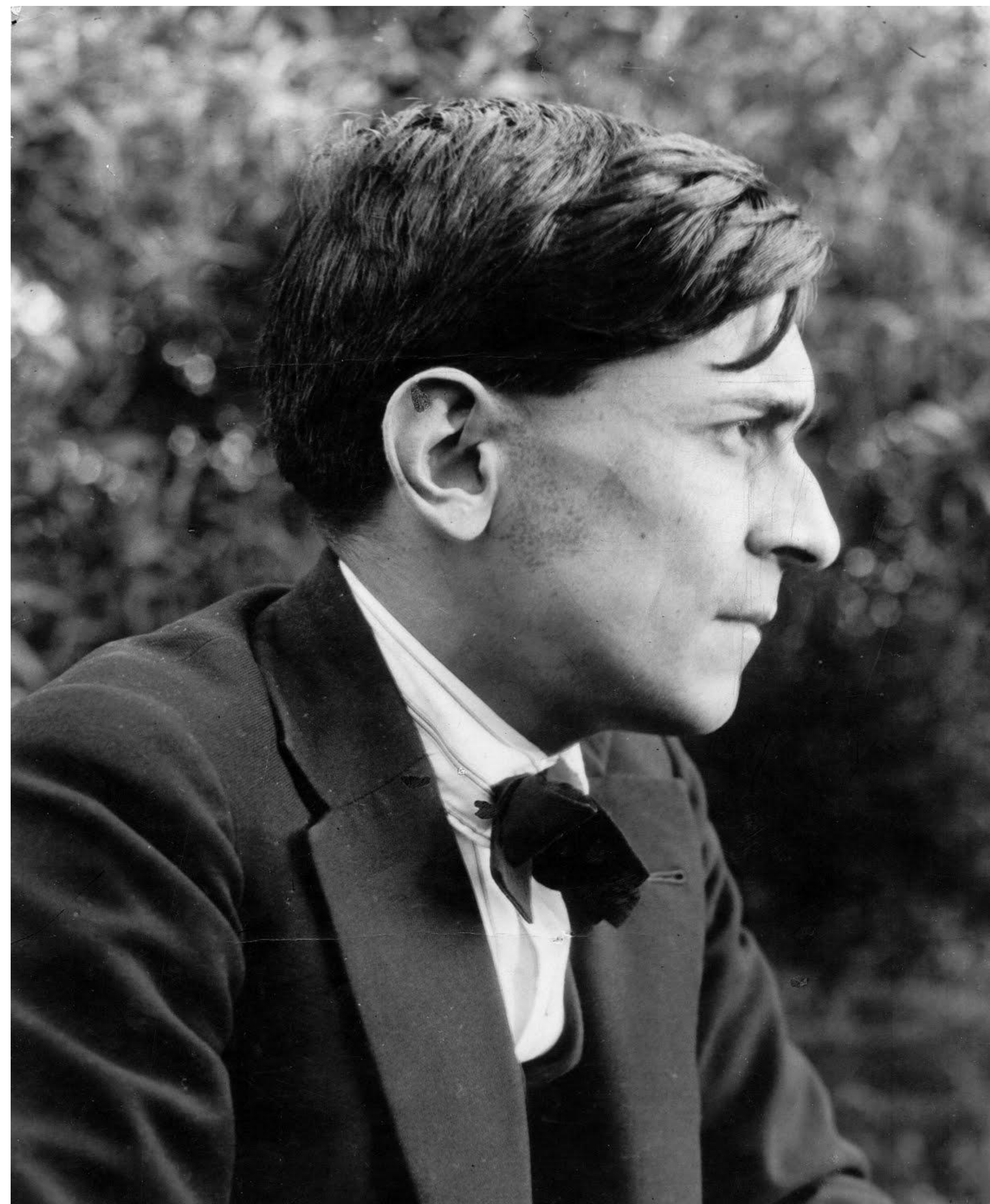
Este estudo revela-se importante na medida em que a formulação marxista do autor até hoje contribui para intelectuais e militantes que se defrontam com as questões por ele estudadas. A inventividade e a heterodoxia de seu pensamento, o qual abordava questões peculiares à América Latina, não inibem o valor científico e revolucionário de sua obra ensaística. Mariátegui, embora se dedicasse a uma produção sócio-analítica e militante, não deixou de legar concepções teóricas relevantes, como foi possível observar durante a pesquisa. O breve estudo de sua concepção de trabalho, tratada lateralmente durante o estudo, revela a riqueza teórica do autor.

Neste início de século XXI, a América Latina presencia, talvez mais que nunca, uma forte atuação de movimentos sociais que, formados sobre suas bases étnicas, reclamam justiça histórica em relação a terras que lhes foram historicamente tomadas. Observam-se, assim, povos indígenas nos Andes e na Amazônia, e quilombolas no Brasil, que vêm atuando nestas reivindicações. Lembrar Mariátegui, um pensador que soube muito bem lidar com a convergência entre uma questão étnico-cultural e outra sócio-econômica através de um marxismo que tende a ver a construção da nova sociedade a partir “de baixo” – a partir dos movimentos populares de base –, pode vir a colaborar na reflexão sobre essa conjuntura contemporânea.

Assim, considerando o caráter teórico da pesquisa realizada, o método adotado foi a leitura atenta e sistemática da obra do autor, bem como de seus biógrafos e comentaristas selecionados.

## A questão indígena

Para abordar a questão indígena, Mariátegui, em pleno anos 20, luta contra a utilização da idéia de raça para justificar o problema. Segundo o autor, o problema racial aparece “para encobrir ou deixar na ignorância os verdadeiros problemas do continente”. Além de refutar que o problema indígena peruano seja uma questão étnica, Mariátegui também contraria os que tratam o tema como um problema educacional ou moral. A *nova colocação* que propõe para o problema indígena consiste em trazer a discussão para o âmbito sócio-econômico.



Assim, para ele, “*econômica, social e politicamente*, o problema das raças, como o da terra, é, na sua base, o da liquidação da feudalidade”. Seu pensamento marxista, portanto, o levará a buscar a questão na sua base, na sua infraestrutura – o que, no caso peruano, significa buscá-lo na questão agrária. Assim, sua aposta será no potencial revolucionário indígena – favorecido pela cultura coletivista quechua e aymara – na luta contra o “feudalismo dos *gamonales*”, os grandes proprietários, que possuíam enorme influência política e submetiam os indígenas que habitavam suas terras.

## A questão agrária

Mariátegui postula que desde o início do Estado Inca desenvolveu-se entre as populações aborígenes um regime de propriedade coletiva da terra organizado por grupos que se constituíam em comunidade – denominada *ayllu*. Até a Conquista, esse sistema que o autor denomina “comunismo agrário” desconhecia a propriedade privada e o dinheiro.

Com a chegada dos espanhóis, e a dizimação dos povos indígenas, estabeleceu-se uma nova base econômica, conforme o interesse dos colonizadores, transformando o sistema comunal em comunidades esparsas, suprimidas pelo latifúndio. A partir desse momento, começa a se estruturar a feudalidade, segundo o autor. Mariátegui, ciente das diferenças do regime fundiário peruano em relação ao feudalismo europeu, aponta a permanência das relações de trabalho servis e a autoridade ilimitada do proprietário no interior do latifúndio. A situação não se resolveu com a Independência: a legislação burguesa republicana se voltava contra a terra comum em favor da propriedade individual, acelerando o processo de desintegração das comunidades, liberando mão de obra para as grandes propriedades.

Assim, Mariátegui assiste em seu tempo a crescente usurpação da terra indígena e a destruição da propriedade agrária comum. Assiste, também, a exploração incontrolada do indígena mesmo nos latifúndios onde se adotou a técnica capitalista. É em função da superação dessas questões que Mariátegui desenvolve sua obra crítica e militante.

## Conclusão

Durante a pesquisa, a importância e atualidade desse autor revelaram-se em três sentidos: 1) na antecipação de certas concepções que seriam posteriormente desenvolvidas por outras correntes ligadas ao marxismo (como a Teologia da Libertação e a Teoria da Dependência); 2) na leitura inovadora das questões indígena e agrária, que ainda hoje encontra ecos nas mais variadas lutas políticas dos diversos povos indígenas latino-americanos; 3) no seu entendimento do marxismo que, não obstante suas limitações, coloca o autor entre os grandes pensadores do marxismo ocidental.